As designações HAB, EP e FP constituem factores de ponderação da avaliação curricular, seguindo-se para a valorização dos diversos elementos os seguintes critérios:

1. Factor Habilitação Académica de Base (HAB): será ponderada a titularidade do grau académico, que será avaliada da seguinte forma:

- Habilitação académica legalmente exigida — nota final de curso;
- Por cada grau académico superior à habilitação legalmente exigida, na área funcional do lugar a que respeita o concurso, devidamente concluído e comprovado — mais 2 valores, não podendo exceder os 20 valores;

2. Factor Experiência Profissional (EP): Atender-se-á à seguinte fórmula:

$$EP = \frac{(a \text{ x } 0{,}5) + (b \text{ x } 0{,}6)}{1.1}$$

em que:

a = Tempo de Serviço como Designer;
b = Tempo de Serviço em Espaço Internet e ou CyberCafé

Para determinação da experiência profissional o Júri adoptou a seguinte tabela para valorização do tempo de serviço prestado:

Com mais de 10 anos de serviço — 20 Valores;
De 5 a 10 anos de serviço -18 Valores;
De 2 a 5 anos de serviço -16 Valores;
De 1 a 2 anos de serviço -14 Valores;
Até 1 ano de serviço -12 Valores;
Sem tempo de serviço prestado -10 Valores

3. Factor Formação Profissional (FP): serão ponderadas as acções de formação e aperfeiçoamento profissional directamente relacionadas com a área funcional do lugar a que respeita o concurso, avaliadas quando apresentadas cópias dos respectivos certificados de participação, pontuadas da seguinte forma:

- Sem acções de formação — 10 valores;
- Por cada acção de formação na área para que é aberto o concurso, de duração igual ou inferior a 30 Horas — mais 0,5 valor;
- Por cada acção de formação na área para que é aberto o concurso, de duração superior a 30 Horas — mais 1 valor;
- curso de formação "Formação Pedagógica de Formadores — mais 2 valores;
- Certificado de Aptidão Profissional para exercer a profissão de Formador com validade superior a três anos — mais 3 valores.

Nota. — Em caso algum este factor de avaliação poderá exceder 20 valores.

c. Entrevista profissional de selecção

Na entrevista profissional de selecção serão avaliadas as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos: Motivação e dinamismo; Relacionamento interpessoal; Enquadramento no conteúdo funcional; Capacidade de expressão e compreensão verbal; Organização e responsabilidade.

Prevê-se para a realização da entrevista profissional uma duração máxima de 30 minutos.

Serão atribuídas as seguintes classificações qualitativas/quantitativas, relativas à opinião formada pela Comissão de Selecção do concurso, sobre a capacidade demonstrada pelo candidato durante a entrevista com base no comportamento, perfil, capacidade de resposta, mensuráveis para cada factor de ponderação, de acordo com a seguinte tabela: Muito Bom-18 a 20 valores; Bom-14 a 17 valores; Razoável-10 a 13 valores; Insuficiente-5 a 9 valores; Muito insuficiente-0 a 4 valores.

A classificação dos candidatos na entrevista será a resultante da média aritmética das classificações obtidas em cada um dos critérios atrás mencionados.

d. Classificação Final:

A classificação final será atribuída de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = \frac{(PEC \text{ x } 2) + (AVC \text{ x } 3) + (ENP \text{ x } 4)}{9}$$

em que:

CF = Classificação Final;
PEC = Prova Escrita de Conhecimentos;
AVC = Avaliação Curricular;
ENP = Entrevista Profissional.

Como critério de desempate será ponderada a experiência em Design Gráfico.

A relação dos candidatos e a lista de classificação final serão afixadas no edifício dos Paços do Município, em Óbidos ou enviadas para publicação no *Diário da República*.

Da lista de classificação final cabe recurso nos termos da Lei.

12. Júri do concurso:

O Júri do Concurso será constituído pelos seguintes membros:

Presidente: Vereador Eng. Humberto da Silva Marques;
Vogais efectivos:

D.ª Alexandra Margarida Guilherme Rebelo Almeida Técnico Superior Principal que substitui o Presidente da Comissão nas suas faltas e impedimentos;
Eng. Técnico Vítor Manuel Neto Freire, Especialista de Informática Grau 2;

Vogais suplentes:

Arquitecta Mafalda Susana Brás Daniel de Sousa, Técnico Superior 1.ª classe;
Dina Julieta Custódio Matias, Técnico Superior de 2.ª classe.

Assiste ao Júri a faculdade de solicitar aos candidatos, qualquer documento justificativo das declarações prestadas.

13. "Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição da República, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente, uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação."

14. Em cumprimento do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro e para efeitos de admissão a concurso, os candidatos com deficiência devem declarar no requerimento sob compromisso de honra, o respectivo grau de incapacidade e tipo de deficiência, devem ainda mencionar os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de selecção.

Nos termos do n.º 3 do citado decreto-lei o candidato deficiente tem preferência em caso de igualdade de classificação

28 de Novembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Telmo Henrique Correia Daniel Faria.*

2611071650

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

Rectificação n.º 2166/2007

Rectificação do aviso n.º 80/2006, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 247, de 27 de Dezembro de 2006 (Parte Especial), na p. 30255 e seguintes.

Faz-se público que os júris dos concursos I e II foram alterados, passando a ter a seguinte composição:

Concurso I — Concurso externo de ingresso para admissão de estagiários com vista ao provimento de cinco lugares de Técnico Superior (jurista) de 2ª classe.

Presidente: Dra. Paula Cristina Magalhães Saraiva, Directora Municipal de Administração e Desenvolvimento Organizacional.
Vogais efectivos:

1.º vogal: Dra. Isabel Sequeira Vouga Ferreira de Almeida, Chefe da Divisão de Formação;
2.º vogal: Técnica Superior (jurista) Assessor, Mário Jorge Lameiras Marques.

Vogais suplentes:

1.º vogal — Técnica Superior (jurista) Principal, Maria Miguel Moura Marques Leiria Lima Gonçalves Balhanas;
2.º vogal — Dra. Silvia Isabela Jesus Almeida Breu, Chefe da Divisão de Abastecimento Público e Fiscalização Sanitária.

Concurso II — Concurso externo de ingresso para admissão de estagiários com vista ao provimento de quatro lugares de Técnico Superior (psicologia) de 2.ª classe.

Presidente: Dra. Maria Isabel Redondo Martins, Directora do Departamento de Educação, Acção Social e Desporto.
Vogais efectivos:

1.º vogal: Dra. Maria Júlia Faria Cardoso, Chefe da Divisão Acção Social, Saúde e Juventude;
2.º vogal: Maria Isabel Mata Borges Sacoto Patrão Reto, Chefe de Divisão de Gestão Social.

Vogais suplentes:

1.º vogal — Técnica Superior (psicologia) Principal, Maria Isabel Silva Rocha Rebelo Ranito;
2.º vogal — Técnica Superior (psicologia) Principal, Ivna Mariza Machado Gomes.

24 de Novembro de 2007. — A Directora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, *Célia Simões.*

2611071953

Rectificação n.º 2167/2007

Rectificação do aviso nº 24261/2007, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, nº 237/2007, de 10 de Dezembro de 2007, nas paginas 35552 e 35553.

Faz-se público que na parte final do aviso onde se lê "Notária Privativa do Muncipio, desde 2001, e tem exercido funções de Administradora Executiva da Empresa Municipia, SS, durante o último ano" deve ler-se "Notária Privativa do Muncipio, desde 2001, e tem exercido funções de Administradora não Executiva da Empresa Municipia, S. A., durante o último ano"

11 de Dezembro de 2007. — A Directora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, *Célia Simões.*

2611071943

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Aviso n.º 25738/2007

Em conformidade com o estipulado na alínea *b*) do nº. 1 do artigo 34º. do Decreto — lei nº.427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à Administração Local pelo Decreto — lei nº. 409/91, de 17 de Outubro, faz-se público que por meu despacho de 28 de Novembro de 2007 e de 4 Dezembro de 2007, foram renovados por mais 2 anos, de 2 de Janeiro de 2008 a 1 de Janeiro de 2010, os contratos de trabalho a termo resolutivo certo, celebrados nos termos do artigo 139º da lei nº. 99/03, de 27 de Agosto, com os Auxiliares Administrativos, Ana Mafalda Lourenço do Rosário Henriques de Sousa, Benvindo Manuel Miranda Roque e José António Dias Sequeira.

5 de Dezembro de 2007. — O Vice-Presidente, *António Fernando Ceia Biscainho.*

2611071623

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO

Aviso (extracto) n.º 25739/2007

Em cumprimento do disposto no artigo 70º, do D.L. n.º 24/84 de 16 de Janeiro torna-se público que por Despacho do Sr. Vereador do Pelouro de Recursos Humanos de 07/11/2007 foi aplicada a pena de Demissão a Luís Miguel Pinto Rodrigues, nºmec.5682, Tratador-Apanhador de Animais, pelo que se verifica a vacatura do lugar do quadro de pessoal da Câmara Municipal 15 dias após a publicação do presente aviso.

30 de Novembro de 2007. — A Directora de Departamento Municipal de Gestão de Recursos Humanos, *Cristina Douteiro.*

CÂMARA MUNICIPAL DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Aviso n.º 25740/2007

Contrato a termo resolutivo certo

Para cumprimento do disposto da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à Administração Local por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que por despachos do Senhor Presidente da Câmara Municipal foram renovados os contratos a termo resolutivo certo nos termos do n.º 2 do artigo 10.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho e n.º 1 do artigo 139.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 99/2003 de 27 de Agosto, com os seguintes trabalhadores:

Sónia Maria Medinas Canhão Cavaco — Técnico Superior de 2ª. Classe (área de Ciências Sociais), pelo período de vinte e quatro meses, com início em 17 de Outubro de 2007, despacho de 14 de Setembro de 2007.

José Luís Janeiro de Oliveira Merca — Técnico Superior de 2ª. Classe (área de Investigação Social Aplicada), pelo período de vinte e quatro meses, com início em 2 de Novembro de 2007, despacho de 27 de Setembro de 2007.

8 de Outubro de 2007. — O Vice-Presidente da Câmara, *José Gabriel Calixto.*

2611071870

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVATERRA DE MAGOS

Aviso n.º 25741/2007

Torna-se público que, por meu despacho de 11 de Dezembro de 2007, proferido no uso da competência prevista na alínea *a*), do n.º 2 do artigo 68º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/02, de 11 de Janeiro e em cumprimento do estipulado no artigo 5º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, nomeei definitivamente, para a categoria de técnico superior de 2ª classe, generalista, o candidato, Rui João Hipólito Mendes Silva, aprovado com a classificação de 15,00 valores, na sequência de concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de técnico superior estagiário, generalista, aberto por aviso publicado no *Diário da República,* 3.ª série, n.º 6, de 9 de Janeiro de 2006.

O candidato deverá aceitar a nomeação, no prazo de 20 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*. (Isento de fiscalização do Tribunal de Contas, nos termos da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto).

11 de Dezembro de 2007. — A Presidente da Câmara, *Ana Cristina Ribeiro.*

2611071614

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA FEIRA

Aviso n.º 25742/2007

Processo n.º 1689/2007/URB — Vera & Sónia Ribeiro, L.da

Alfredo de Oliveira Henriques, Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, nos termos e para efeitos do preceituado no artigo 77 do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, por remissão do n.º 1 do artigo 22 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/01, de 4 de Junho, torna-se público que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira vai proceder à abertura do período de discussão pública do pedido de licenciamento de alteração ao lote n.º 2 do alvará de loteamento n.º 6/2003, emitido em 2003/04/14, que consiste em aumentar o n.º de fogos para 15 bem como diminuir o n.º de lugares de aparcamento privado para 22, que corre os seus termos sob o processo especificado em epígrafe.

O lote a alterar está descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Maria da Feira sob o n.º 02651/090204 e inscrito na matriz Urbana sob o artigo 1.376, da freguesia de Santa Maria da Feira, deste concelho. A discussão pública decorrerá pelo período de 15 dias úteis e iniciar-se-á oito dias úteis após a publicação do presente aviso no *Diário da República,* podendo os interessados consultar o processo de licenciamento e respectivos pareceres e informações técnicas no Departamento Jurídico e Administrativo da Câmara Municipal, sita no Largo da República, em Santa Maria da Feira, durante o horário normal de expediente (9.00h — 17.00h). No caso de oposição, os interessados, podem apresentar, por escrito, a sua exposição devidamente fundamentada, através de requerimento dirigido ao Presidente da Câmara.

12 de Julho de 2007. — O Vereador do Pelouro do Planeamento e Urbanismo, *José Manuel S. Oliveira.*

2611071611

Aviso n.º 25743/2007

Processo n.º 1679/2007/URB — Umbelina Pinto da Silva

Alfredo de Oliveira Henriques, Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, nos termos e para efeitos do preceituado no artigo 77 do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, por remissão do n.º 1 do artigo 22 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/01, de 4 de Junho, torna-se público que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira vai proceder à abertura do período de discussão pública do pedido de licenciamento de alteração ao lote n.º 2 do alvará de loteamento n.º 48/96, emitido em 1996/07/22, que consiste em diminuir o n.º de pisos, construindo r/c, aumentar a área de implantação, diminuir a área total de construção bem como aumentar a área de construção de anexos, que corre os seus termos sob o processo especificado em epígrafe.